

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

Senhores Acionistas, em cumprimento às determinações legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis, relativas aos exercícios encerrados em 31/12/2022 e 31/12/2021.

A Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado	
	Notas	2022	2021	2022	2021	Notas	2022	2021	
ATIVO CIRCULANTE									
Caixa e equivalentes de caixa	3	101	927	3.318	4.812	Fornecedores	222	755	6.735
Investimentos de curto prazo	3	95.428	96.307	302.431	238.085	Debêntures	26.596	39.152	26.596
Contas a receber de clientes		—	—	37.039	32.576	Tributos e contribuições sociais a pagar	—	—	3.164
Conta de resarcimento	8	—	—	288	345	Tributos a pagar	81	54	1.208
Estoques		—	—	12.035	8.754	Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	4	—	604
Tributos e contribuições sociais compensáveis		1.168	562	6.966	1.492	Conta de resarcimento	8	—	—
Dividendos a receber	4	741	736	—	—	Provisão para custos socioambientais	—	—	604
Cauções e depósitos vinculados		—	27.104	—	27.104	Passivo de arrendamento	91	75	213
Outros ativos		—	—	489	2.601	Outras obrigações	—	—	248
TOTAL ATIVO CIRCULANTE	97.438	125.636	362.566	315.769		TOTAL PASSIVO CIRCULANTE	26.990	40.640	86.631
ATIVO NÃO CIRCULANTE									
Conta de resarcimento	8	—	—	—	288	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	168.442		
Tributos e contribuições sociais compensáveis		4.077	3.456	4.077	3.457	Debêntures	7	44.144	66.549
Imposto de renda e contribuição social diferidos		—	—	6.323	5.222	Conta de resarcimento	8	—	170.693
Tributos diferidos		—	—	7.493	6.189	Imposto de renda e contribuição social diferidos	—	—	43.869
Cauções e depósitos vinculados		24.487	—	24.596	58	Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	4	604	604
Contas a receber partes relacionadas	4	289.356	371.490	—	—	Tributos diferidos	—	—	1.121
Outros ativos		—	—	16	—	Provisão para custos socioambientais	—	—	1.329
Investimentos	5	960.255	924.157	—	—	Passivo de arrendamento	470	507	31.329
Imobilizado, líquido	6	513	546	1.250.163	1.320.549	Provisões para processos judiciais e outros	—	—	28.864
Intangível, líquido		168	223	779	1.156	Provisão para desmobilização	—	—	182
TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE	1.278.856	1.299.872	1.293.447	1.336.919		TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE	45.218	67.056	265.296
TOTAL DO ATIVO	1.376.294	1.425.508	1.656.013	1.652.688		PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.317.812	1.317.812	1.317.812

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDOExercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

Descrição	Notas	Capital social	Reserva de capital	Reserva de Lucros		Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido Consolidado
				Reserva legal	Reserva de investimentos			
Saldos em 31 de dezembro de 2020								
Lucro líquido do exercício		1.348.868	16.948	6.937	60.968	69.491	—	1.503.212
Deliberação de dividendos adicionais		—	—	—	(60.968)	(69.491)	53.051	53.051
Redução de capital		(107.486)	—	—	—	—	—	(130.459)
Constituição de reserva legal		—	—	2.653	—	—	(2.653)	—
Dividendos mínimos obrigatórios		—	—	—	—	—	(504)	(504)
Dividendos adicionais propostos		—	—	—	—	49.894	(49.894)	—
Saldos em 31 de dezembro de 2021	9	1.241.382	16.948	9.588	—	49.894	—	1.317.812
Lucro líquido do exercício		—	—	—	—	—	98.137	98.137
Deliberação de dividendos adicionais		—	—	—	—	(49.894)	—	(49.894)
Redução de capital		—	—	—	—	—	—	—
Constituição de reserva legal		—	—	4.907	—	—	(4.907)	—
Constituição de reserva de investimentos		—	—	—	31.261	—	(31.261)	—
Dividendos mínimos obrigatórios		—	—	—	—	—	(932)	(932)
Distribuição de dividendos intermediários		—	—	—	—	—	(61.037)	(61.037)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	9	1.241.382	16.948	14.495	31.261	—	—	1.304.086

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS				
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021				
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)				
	Notas	Controladora	Consolidado	
		Notas	2022	2021
Receita operacional líquida	10	—	297.310	248.302
Custo de produção e operação de energia	11	—	(190.963)	(169.309)
LUCRO BRUTO		—	106.347	78.993
Gerais e administrativas	12	(3.671)	(2.577)	(5.924)
Outras (despesas) e receitas operacionais		(16)	(71)	54
TOTAL DOS CUSTOS OPERACIONAIS		(3.687)	(2.648)	(5.870)
RESULTADO BRUTO		(3.687)	(2.648)	100.477
Resultado de equivalência patrimonial	5	101.557	73.472	—
RESULTADO FINANCEIRO				
Receitas financeiras		14.704	5.923	38.853
Despesas financeiras		(14.437)	(23.696)	(26.211)
TOTAL DO RESULTADO FINANCEIRO		267	(17.773)	12.642
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		98.137	53.051	113.119
Imposto de renda e contribuição social correntes		—	—	(16.278)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		—	—	1.296
TOTAL DOS TRIBUTOS SOBRE O RESULTADO		14	—	(10.147)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		98.137	53.051	98.137

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA				
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021				
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)				
	Notas	Controladora	Consolidado	

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

★ continuação

O Complexo Eólico Alto Sertão II, conforme apresentado, é composto pelas seguintes sociedades de propósito específico ("SPE's"):

Parque gerador	Contrato/ Leilão	Portaria MME	Publicação portaria	Vigência autorização	Prazo autorização	Ano de conclusão da planta	Quantidade de aerogeradores	Capacidade instalada MW	Garantia física MW
Ametista	12º LEN/2011	135/2012	15/03/2012	14/03/2047	35 anos	2015	17	28,6	10,3
Borgo	12º LEN/2011	222/2012	16/04/2012	15/04/2047	35 anos	2016	12	20,2	11,2
Caetité	12º LEN/2011	167/2012	23/03/2012	14/03/2047	35 anos	2016	18	30,2	16,6
Dourados	12º LEN/2011	130/2012	14/03/2012	13/03/2047	35 anos	2015	17	28,6	10,4
Espigão	12º LEN/2011	172/2012	26/03/2012	25/03/2047	35 anos	2016	6	10,1	5,8
Maron	12º LEN/2011	107/2012	12/03/2012	11/03/2047	35 anos	2015	18	30,2	12,5
Pelourinho	12º LEN/2011	168/2012	23/03/2012	22/03/2047	35 anos	2016	13	21,8	12,4
Pilões	12º LEN/2011	128/2012	14/03/2012	13/03/2047	35 anos	2015	18	30,2	11,4
Serra do Espinhaço	12º LEN/2011	171/2012	26/03/2012	25/03/2047	35 anos	2016	11	18,5	10,6
Araçás	3º LER/2010	241/2011	08/04/2011	07/03/2046	35 anos	2014	19	31,9	15,5
Da Prata	3º LER/2010	177/2011	28/03/2011	27/03/2046	35 anos	2014	13	21,9	10,1
Morrão	3º LER/2010	268/2011	25/04/2011	24/04/2046	35 anos	2014	18	30,2	16,1
Seraíma	3º LER/2010	332/2011	31/05/2011	30/05/2046	35 anos	2014	18	30,2	17,5
Tanque	3º LER/2010	330/2011	30/05/2011	29/05/2046	35 anos	2014	18	30,0	13,9
Ventos do Nordeste	3º LER/2010	161/2011	21/03/2011	20/03/2046	35 anos	2014	14	23,5	10,1
						Total	230	386,1	184,4

Comercialização de energia do Complexo Eólico Alto Sertão II

Em 26 de maio de 2011, as controladas Da Prata, Araçás, Morrão, Seraíma, Tanque e Ventos do Nordeste assinaram contrato de energia de reserva (CER) na modalidade quantidade de energia elétrica, com a CCEE, por meio do qual, venderão a totalidade de sua produção de energia elétrica, por um prazo de 20 anos. Estes contratos determinam que o prazo de vigência e fornecimento será de setembro de 2013 a agosto de 2033.

Em 13 de agosto de 2012, as controladas Ametista, Borgo, Caetité, Dourados, Espigão, Maron, Pelourinho, Pilões e Serra do Espinhaço assinaram Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado ("CCEAR"), na modalidade disponibilidade de energia elétrica, com diversas distribuidoras de energia, por meio do qual venderão a totalidade de sua produção de energia elétrica. Estes contratos determinam que o prazo de vigência e fornecimento será de janeiro de 2016 a dezembro de 2035.

A comercialização de energia no mercado regulado (ACR) está contratada conforme abaixo:

Companhia	Contrato	Energia anual contratada (MWh)			Prazo			Índice de correção	Mês de reajuste
		Compradora	Energia anual contratada MWh	Preço Médio atualizado MWh	Início	Final			
Da Prata	LER 05/2010	CCEE	85.760	249,02	set/13	ago/33	IPCA	setembro	
Araçás	LER 05/2010	CCEE	106.784	249,02	set/13	ago/33	IPCA	setembro	
Morrão	LER 05/2010	CCEE	124.848	249,02	set/13	ago/33	IPCA	setembro	
Seraíma	LER 05/2010	CCEE	125.846	249,02	set/13	ago/33	IPCA	setembro	
Tanque	LER 05/2010	CCEE	111.988	249,02	set/13	ago/33	IPCA	setembro	
Ventos do Nordeste	LER 05/2010	CCEE	88.476	249,02	set/13	ago/33	IPCA	setembro	
Subtotal			643.702						
Ametista	LEN 02/2011	Distribuidoras	121.764	186,20	jan/16	dez/35	IPCA	janeiro	
Borgo	LEN 02/2011	Distribuidoras	84.972	184,73	jan/16	dez/35	IPCA	janeiro	
Caetité	LEN 02/2011	Distribuidoras	125.268	185,04	jan/16	dez/35	IPCA	janeiro	
Dourados	LEN 02/2011	Distribuidoras	115.632	184,99	jan/16	dez/35	IPCA	janeiro	
Espigão	LEN 02/2011	Distribuidoras	42.924	187,19	jan/16	dez/35	IPCA	janeiro	
Maron	LEN 02/2011	Distribuidoras	120.888	185,81	jan/16	dez/35	IPCA	janeiro	
Pelourinho	LEN 02/2011	Distribuidoras	103.368	185,65	jan/16	dez/35	IPCA	janeiro	
Pilões	LEN 02/2011	Distribuidoras	114.756	183,56	jan/16	dez/35	IPCA	janeiro	
Serra do Espinhaço	LEN 02/2011	Distribuidoras	77.964	182,82	jan/16	dez/35	IPCA	janeiro	
Subtotal			907.536						
Total			1.551.238						

Em 31 de dezembro de 2022, os investimentos de curto prazo estão representados por CDBs com liquidez diária e rentabilidade média de 102,42% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (98,96% em 31 de dezembro de 2021).

1.1

Relação de empreendimentos controlados

As seguintes entidades são consideradas como controladas e estão incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas:

Descrição	Atividade	Sede	2022	2021	Participação
Controladas diretas:					
Centrais Eólicas da Prata S.A. ("Da Prata")	Geração eólica	Igaporã, BA	100%	100%	
Centrais Eólicas dos Araças S.A. ("Araçás")	Geração eólica	Caetité, BA	100%	100%	
Centrais Eólicas Morrão S.A. ("Morrão")	Geração eólica	Caetité, BA	100%	100%	
Centrais Eólicas Seraíma S.A. ("Seraíma")	Geração eólica	Guanambi, BA	100%	100%	
Centrais Eólicas Tanque S.A. ("Tanque")	Geração eólica	Caetité, BA	100%	100%	
Centrais Eólicas Ventos do Nordeste S.A. ("Ventos do Nordeste")	Geração eólica	Caetité, BA	100%	100%	
Centrais Eólicas Ametista S.A. ("Ametista")	Geração eólica	Guanambi, BA	100%	100%	
Centrais Eólicas Borgo S.A. ("Borgo")	Geração eólica	Pindai, BA	100%	100%	
Centrais Eólicas Caetité ("Caetité")	Geração eólica	Pindai, BA	100%	100%	
Centrais Eólicas Dourados S.A. ("Dourados")	Geração eólica	Guanambi, BA	100%	100%	
Centrais Eólicas Espigão S.A. ("Espigão")	Geração eólica	Pindai, BA	100%	100%	
Centrais Eólicas Maron S.A. ("Maron")	Geração eólica	Caetité, BA	100%	100%	
Centrais Eólicas Pelourinho S.A. ("Pelourinho")	Geração eólica	Pindai, BA	100%	100%	
Centrais Eólicas Pilões S.A. ("Pilões")	Geração eólica	Caetité, BA	100%	100%	
Centrais Eólicas Serra do Espinhaço S.A. ("Serra do Espinhaço")	Geração eólica	Pindai, BA	100%	100%	

2.

BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Em 29 de maio de 2023, a Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das presentes demonstrações contábeis individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Declaração de conformidadeAs demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão preparadas de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), além das normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards - IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*.

A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCPG 07 na elaboração das suas demonstrações contábeis. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

2.2

Continuidade operacional

Em 31 de dezembro de 2022, com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo e, assim dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

2.3

Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

2.4

Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas a Companhia faz o uso de julgamentos e estimativas, com base nas informações disponíveis, bem como adota premissas que impactam os valores das receitas, despesas, ativos e passivos. Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. As premissas adotadas pela Companhia são revisadas periodicamente no



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 2022
AES Tietê Eólica S.A.
CNPJ 11.289.590/0001-30

www.aesbrasil.com.br

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

—★ continuação

A movimentação dos investimentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é como segue:

Controladas	31/12/2020	Equivalência patrimonial	Dividendos adicionais	Dividendo mínimo obrigatório	31/12/2021	Equivalência patrimonial	Dividendos adicionais	Dividendo mínimo obrigatório	31/12/2022
Araçás	89.729	3.849	(4.700)	(36)	88.842	5.197	(2.686)	(49)	91.304
Da Prata	71.171	7.528	(17.562)	(72)	61.065	9.770	(5.986)	(93)	64.756
Morrão	92.517	8.359	(26.036)	(79)	74.761	13.209	(8.390)	(125)	79.455
Seraíma	93.613	10.016	(24.677)	(95)	78.857	8.279	(4.885)	(79)	82.172
Tanque	92.235	7.896	(22.940)	(75)	77.116	9.661	(6.490)	(92)	80.195
Ventos do Nordeste	78.766	10.161	(19.882)	(97)	68.948	10.847	(6.885)	(103)	72.807
Ametista	54.009	(2.604)	(6.267)	—	45.138	5.674	(4.141)	(54)	46.617
Borgo	65.508	6.820	(18.068)	(65)	54.195	4.744	(3.083)	(45)	55.856
Caetité	96.515	6.731	(25.951)	(64)	77.231	10.242	(7.745)	(97)	79.631
Dourados	46.929	(619)	(2.547)	—	43.763	1.556	(264)	(15)	45.040
Espigão	32.479	1.761	(7.667)	(17)	26.556	561	—	(5)	27.112
Maron	71.371	1.713	(11.411)	(16)	61.657	6.159	(4.187)	(59)	63.570
Pelourinho	62.620	6.437	(13.673)	(61)	55.323	7.869	(5.258)	(75)	57.859
Pilões	67.006	(738)	(4.283)	—	61.985	3.212	(1.989)	(31)	63.177
Serra do Espinhaço	55.859	6.162	(13.242)	(59)	48.720	4.577	(2.550)	(43)	50.704
Total	1.070.327	73.472	(218.906)	(736)	924.157	101.557	(64.494)	(965)	960.255

As principais informações sobre as controladas estão apresentadas abaixo:

Controladas	Percentual de participação	Valor do ativo	Valor do passivo	Valor do patrimônio líquido	Valor do capital social	Lucro líquido do exercício
Centrais Eólicas dos Araças S.A.	100%	140.138	48.833	91.305	63.133	5.197
Centrais Eólicas da Prata S.A.	100%	87.634	22.878	64.756	42.503	9.770
Centrais Eólicas Morrão S.A.	100%	111.152	31.697	79.455	47.811	13.209
Centrais Eólicas Seraíma S.A.	100%	123.836	41.665	82.171	49.132	8.279
Centrais Eólicas Tanque S.A.	100%	111.191	30.996	80.195	49.636	9.661
Centrais Eólicas VENTOS do Nordeste S.A.	100%	85.926	13.117	72.809	38.327	10.847
Centrais Eólicas Ametista S.A.	100%	110.317	63.700	46.617	43.515	5.674
Centrais Eólicas Borgo S.A.	100%	88.506	32.650	55.856	32.053	4.744
Centrais Eólicas Caetité S.A.	100%	125.383	45.752	79.631	47.595	10.242
Centrais Eólicas Dourados S.A.	100%	111.734	66.694	45.040	42.969	1.556
Centrais Eólicas Espigão S.A.	100%	50.508	23.397	27.111	17.777	561
Centrais Eólicas Maron S.A.	100%	109.631	46.062	63.569	44.507	6.159
Centrais Eólicas Pelourinho S.A.	100%	91.738	33.879	57.859	33.998	7.869
Centrais Eólicas Pilões S.A.	100%	105.392	42.215	63.177	53.823	3.212
Centrais Eólicas Serra do Espinhaço S.A.	100%	82.804	32.100	50.704	28.567	4.577
Total		1.535.890	575.635	960.255	635.346	101.557

6. IMOBILIZADO

A Companhia e suas controladas utilizam os critérios definidos pelo Órgão Regulador, para determinação da vida útil estimada dos bens do ativo imobilizado, sendo que, no julgamento da Administração, tais vidas úteis refletem, significativamente, a vida útil econômica dos ativos.

Os bens do ativo imobilizado foram inicialmente mensurados a custo na data de aquisição, e são deduzidos das respectivas depreciações nas mensurações subsequentes.

A depreciação é calculada pelo método linear com base nas taxas determinadas pela ANEEL, que na avaliação da administração, representam a vida útil dos bens, limitando-se ao período de autorização.

Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, essas partes são reconhecidas como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos.

Um item do ativo imobilizado é baixado quando é vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado pelo seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido em "Outras receitas e despesas operacionais" na demonstração do resultado.

A provisão para desmantelamento de ativos refere-se aos custos e despesas a serem incorridos, assim como a obrigação que a Companhia deverá liquidar, no futuro, para retirada de serviço dos seus ativos de longo prazo do Complexo eólico. A mensuração inicial é reconhecida como um passivo descontado a valor presente e, posteriormente, através do acréscimo de despesas financeiras ao longo do tempo. O custo de desativação de ativos equivalente ao passivo inicial é capitalizado como parte do valor contábil do ativo sendo depreciado durante o período de vida útil do ativo.

A composição do ativo imobilizado é a seguinte:

	Consolidado					2021	
	2022		2021				
	Taxas médias anuais de depreciação (%)	Custo (ii)	Depreciação acumulada	Saldos líquidos	Saldos líquidos		
Terrenos	2,3%	2.503	—	2.503	2.503	2.503	
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,6%	52.313	(15.666)	36.647	38.489	38.489	
Máquinas e equipamentos	14,29%	1.782.601	(616.791)	1.165.810	1.241.585	—	
Veículos	6,4%	867	(222)	645	—	—	
Equipamentos de informática, móveis e outros	—	2.259	(17)	2.242	2.284	—	
Imobilizado em serviço		1.840.543	(632.696)	1.207.847	1.284.861		
Imobilizado em curso (i)		13.787	—	13.787	8.832	—	
Direito de uso de terreno arrendado (iii)	3,66%	33.021	(4.492)	28.529	26.856	—	
Total		1.873.431	(637.188)	1.250.163	1.320.549		

(i) O saldo de imobilizado em curso é composto, principalmente, pela modernização do parque eólico em algumas de suas unidades geradoras. Esses ativos serão classificados como imobilizado em serviço assim que entrem em operação.

(ii) Entre os elementos que compõem o custo de cada item do imobilizado dos ativos eólicos, estão incluídos os custos de desmontagem, remoção e restauração do local no montante de R\$ 9.920 (R\$ 19.941 em 31 de dezembro de 2021). O custo de desativação de ativos, equivalente ao passivo inicial é capitalizado como parte do valor contábil do ativo sendo depreciado durante o período de vida útil do ativo. Em março de 2022, a Companhia remunerou a estimativa da provisão e utilizou como base para a taxa de desconto a média da Taxa Selic projetada até o período de desmobilização. Esta projeção a longo prazo se faz necessária para evitar flutuações significativas ao longo dos períodos, uma vez que a realização desta provisão se dará somente no final da autorização. O saldo da provisão em 31 de dezembro de 2022 é R\$ 15.805 (R\$ 24.307 em 31 de dezembro de 2021).

(iii) A Companhia e suas controladas reconhecem ativos de direito de uso na data de início do arrendamento. Esses ativos são mensurados ao custo, deduzidos de depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável e ajustados por qualquer remuneração do passivo de arrendamento. São depreciados linearmente pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos, o que for menor. A Companhia e suas controladas reconheceram ativo de direito de uso de terrenos arrendados, com vida útil definida estimada de 27 anos, depreciados à taxa de 3,66% a.a.

(b)

Movimentação do ativo imobilizado

A movimentação do ativo imobilizado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é como segue:

	Consolidado					2021	
	2022		2021				
	Saldos em 31 de dezembro de 2021	Adições	Remensuração	Provisão Desmantelamento	Transferências		
Terrenos	2.503	—	—	—	—	2.503	
Edificações, obras civis e benfeitorias	52.105	—	—	208	—	52.313	
Máquinas e equipamentos	1.776.970	—	—	(8.897)	14.528	1.782.601	
Veículos	—	—	—	—	867	867	

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

★ continuação

(i) A taxa efetiva de juros difere da taxa contratual, pois são considerados os custos de transação incorridos na emissão da dívida.
Os custos de transação incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado do exercício pelo prazo da dívida que os originaram, por meio do método do custo amortizado. A utilização do método do custo amortizado resulta no cálculo e apropriação de encargos financeiros com base na taxa efetiva de juros em vez da taxa de juros contratual do instrumento.

A movimentação das debêntures é como segue:

Consolidado							
Moeda nacional	Saldo Inicial	Encargos financeiros	Variação monetária	Pagamento de principal	Pagamento de juros	Apropriação dos custos de transação	Saldo Final
Instituições Financeiras/Credores	2021						2022
Debêntures							
Debêntures	105.701	7.701	6.073	(41.479)	(7.847)		591
Total	105.701	7.701	6.073	(41.479)	(7.847)		591

Consolidado

Moeda nacional	Saldo Inicial	Encargos financeiros	Variação monetária	Pagamento de principal	Pagamento de juros	Custos de transação	Apropriação dos custos de transação	Saldo Final
Instituições Financeiras/Credores	2020							2021
Debêntures								
Debêntures	135.911	10.180	12.932	(42.634)	(10.244)	(975)	531	105.701
Total	135.911	10.180	12.932	(42.634)	(10.244)	(975)	531	105.701

As principais características dos contratos de debêntures estão descritas a seguir:

Companhia	Valor Ingresso	Data Emissão	Descrição	Taxa Contratual	Pagamento de Juros	Amortização do Principal	Montante	Vencimento	Covenants	Finalidade
AES Tietê Eólica	146.000	15 de dezembro de 2014	1ª Emissão Debêntures de Infraestrutura	IPCA + 7,61% aa (1ª série) IPCA + 7,87% aa (2ª série)	Semestral	Semestral	24.877	Dezembro de 2025	Índice de cobertura do serviço da dívida ("ICSD"): calculado a partir da divisão da geração de caixa pelo serviço da dívida calculado ao final de cada período social - ICSD: ≥1,3x	Financiamento dos parques de Alto Sertão II

Para as fontes eólicas, as reapurações irão considerar a regra do "período transitório" que contempla apenas os meses de janeiro de 2018 a setembro de 2021. Os efeitos de c-off serão calculados para CCEARs e CERs com término do ano contratual até setembro de 2021.

Para o "período definitivo", referente a outubro de 2021 em diante, a CCEE comunicou que ainda não é possível prever um cronograma de reapurações, uma vez que o processo da Consulta Pública ANEEL nº 22/2022 com os aprimoramentos das regras de comercialização em atendimento à REN nº 927/2021 não foi concluído.

9. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**9.1 Capital Social**

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o capital social subscrito e integralizado é de R\$1.241.382 representado por 600.866.844 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

9.2 Reserva de lucros

A Companhia constitui reserva de lucros apropriando a destinação da reserva legal de 5% do lucro do exercício, sendo o total da reserva, limitado à 20% do capital social da Companhia, de acordo com os dispositivos e limites estabelecidos em lei, em 31 de dezembro de 2022 constituiu uma reserva de R\$ 4.907 (R\$ 2.653 em 31 de dezembro de 2021).

Para atender a projeto de investimento, a Companhia poderá reter parte dos lucros do exercício, conforme disciplinado pelo art. 196 da Lei nº 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2022, de acordo com a legislação, constituiu uma reserva de R\$ 31.261.

2022 2021

Reservas de lucro:	14.495	9.588
Reserva legal	31.261	–
Reserva de investimentos	45.756	9.588

9.3 Destinação dos resultados

O estatuto social da Companhia estabelece a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 1% do lucro líquido ajustado na forma prevista no artigo 202 da Lei 6.404/76. Em 30 de novembro de 2022, a Companhia distribuiu dividendos intermediários no montante de R\$ 61.037. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários e/ou intercalares.

10. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização.

As receitas da Companhia e suas controladas são mensuradas conforme as obrigações de desempenho identificadas nos contratos com os clientes, sendo os principais critérios de reconhecimento e mensuração, por segmento, apresentados a seguir:

Receita de suprimento de energia elétrica

A receita de venda de energia elétrica é reconhecida no resultado de acordo com as regras do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem transferência de controle sobre a quantidade contratada de energia para o comprador. O controle da energia elétrica é obtido a partir do momento que a Companhia transfere a energia elétrica ao cliente. A apuração do volume de energia entregue para o comprador ocorre em bases mensais, conforme as bases contratadas.

A receita de suprimentos de energia elétrica inclui também as transações no mercado de curto prazo.

Venda de Energia na Câmara de Comercialização de Energia - CCEE

A Companhia reconhece a receita pelo valor justo da contraprestação a receber quando haja um excedente de geração, após transferências no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), liquidada no mercado spot ("mercado de curto prazo") ao valor do preço de liquidação das diferenças (PLD) e comercializado no âmbito da CCEE, nos termos da Convenção de Comercialização de Energia Elétrica.

Leilão de Energia de Reserva (LER) e Leilão de Energia Nova (LEN)

A receita da Companhia e suas controladas são reconhecidas conforme a entrega da energia. Dessa forma, o valor da contraprestação reflete o valor do contrato a receber quando a energia é efetivamente entregue ao cliente.

Os contratos de Energia de Reserva e Energia Nova estabelecem que sejam apuradas em cada ano contratual as diferenças entre a energia gerada pelas usinas e a energia contratada com base na quantidade de energia (MWh) e o preço contratual. Os contratos estabelecem limites para os desvios positivos ou negativos com aplicação de bônus ou penalidades, que devem compor a contraprestação.

Consolidado	2022	2021
Notas	R\$	R\$

Receita fonte eólica	326.703	310.112
Contratos de energia eólicas	(48.691)	(67.517)
Ressarcimento de energia	5.627	–
SPOT	2.754	10.393
Outros	28.025	11.458
Partes relacionadas	4	314.418
Receita operacional bruta	314.418	264.446
Deduções fonte eólica	(11.292)	(9.543)
PIS/COFINS	(5.816)	(6.601)
ICMS	297.310	248.302
Receita operacional líquida		

11. CUSTO DE PRODUÇÃO E OPERAÇÃO DE ENERGIA

Consolidado	2022	2021
Notas	R\$	R\$

Custo de produção e operação de energia	(236)	(8.798)
Contratos bilaterais	(33.142)	(11.459)
Contratos com partes relacionadas	–	–
Mercado de curto prazo	(96)	(170)
SPOT	(417)	(335)
Outros	(21.021)	(17.551)
Encargos de uso, transmissão e conexão da rede elétrica	(1.670)	(1.439)
Taxa de fiscalização ANEEL	(56.582)	(39.752)
Subtotal		
Custo da operação		
Serviços de terceiros	(37.011)	(34.134)
Material	(8.779)	(9.113)
Depreciação e amortização	(84.416)	(83.437)
Seguros	(3.675)	(2.355)
Arrendamentos e aluguel	(268)	(302)
Pessoal e administradores	(4)	–
Perdas na baixa de ativo imobilizado e intangível	(213)	(213)
Outros custos operacionais	(228)	(3)
Subtotal	(134.381)	(129.557)
Total	(190.963)	(169.309)

continua -

8. CONTA DE RESSARCIMENTO

Os Contratos de Energia de Reserva celebrados entre as controladas que operam contratos do LER 2010 e a CCEE, assim como os contratos de Energia Nova entre o LEN 2011 (A-3) e as distribuidoras, estabelecem que sejam apuradas em cada ano contratual as diferenças entre a energia gerada das usinas e a energia contratada. Se a contraprestação em um contrato incluir um valor variável, a Companhia reflete o valor da contraprestação a que terá direito em troca da transferência de bens ou serviços para o cliente. A contraprestação variável reflete o valor justo mais provável dos recursos aos acionistas, diretos ou indiretos, e/ou a pessoas físicas e jurídicas integrantes do mesmo Grupo Econômico, acima de 25% do lucro líquido ajustado, salvo se expressamente autorizado pelos debenturistas reunidos em AGD, ou se atendidos os seguintes itens: (i) o acúmulo de R\$60.000 na "Conta Reserva Especial da Holding"; (ii) verificado o desempenho financeiro do projeto; (iii) preenchidas as contas reservas referentes ao serviço da dívida e a conta reserva de O&M; (iv) atingido o ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) mínimo de 1,30; (v) adimplemento das empresas do grupo econômico perante o Sistema BNDES; e (vi) geração mínima consolidada das centrais geradoras eólicas de 1.430.475 MWh no período de doze meses imediatamente anteriores à distribuição pretendida.

Os financiamentos com debêntures estabelecem que o Índice ICSD = [(geração de caixa da atividade + saldo final de caixa do ano anterior) / serviço da dívida] devem ser maiores ou iguais a 1,3 a ser calculado ao final de cada exercício social. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia e suas controladas mantém o acompanhamento de suprimento do contrato, valorizado ao preço contratual vigente, para os parques do LER 2010 e ao maior valor entre o PLD médio do quadriênio e a receita fixa unitária para os parques do LEN 2011. Os ressarcimentos que estiverem na faixa de tolerância de 10% de geração serão ressarcidos em 12 parcelas após possíveis compensações com desvios positivos iniciados após o final do primeiro quadriênio contado a partir do início de suprimento do contrato, valorizado ao preço contratual vigente para os parques do LER 2010. O primeiro quadriênio do LER 2010 se encerrou em agosto de 2017 e do LEN 2011 em dezembro de 2019.

A receita dos Parques Eólicos é reconhecida conforme a entrega da energia. Dessa forma, o valor da contraprestação reflete o valor justo ao momento em que a energia é efetivamente entregue ao cliente. Os ativos e passivos do ressarcimento representam os desvios positivos e negativos, respectivamente, que serão liquidados de acordo com as regras mencionadas acima.

A tabela a seguir apresenta os saldos de ressarcimentos ativos e passivos em 31 de dezembro de 2022:

Consolidado	
Ativo	Passivo
288	46.586
28	



★ continuação

12. GERAIS E ADMINISTRATIVAS**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Material	(542)	(125)	(790)	(1.019)
Serviços de terceiros	(3.030)	(2.396)	(4.860)	(4.000)
Depreciação e amortização	(99)	(56)	(268)	(55)
Outros	—	—	(6)	—
Total	(3.671)	(2.577)	(5.924)	(5.074)

13. RESULTADO FINANCEIRO

Notas	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Receitas Financeiras				
Rendas de aplicações financeiras	11.288	4.629	35.096	11.643
Renda de cauções e depósitos judiciais	3.677	1.517	3.684	1.518
(-) PIS e COFINS sobre receita financeira	(717)	(289)	(717)	(289)
Outras receitas financeiras	456	66	790	3.881
Total	14.704	5.923	38.853	16.753
Despesas Financeiras				
Encargos financeiros e amortização de custo de transação de dívidas	7	(8.293)	(10.711)	(8.292)
Atualização monetária de debêntures	7	(6.073)	(12.932)	(6.073)
Atualização monetária de resarcimento	8	—	—	(7.561)
Juros sobre passivos de arrendamento		(48)	(42)	(3.078)
Multas		—	—	(310)
Outras		(24)	(11)	(897)
Total	(14.437)	(23.696)	(26.211)	(27.319)
Total líquido	267	(17.773)	12.642	(10.566)

Notas	Controladora				Consolidado			
	2022		2021		2022		2021	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
a) Composição dos tributos no resultado:								
Na rubrica de tributos:								
Corrente	—	—	—	—	(10.944)	(5.334)	(8.740)	(4.589)
Diferidos	—	—	—	—	842	454	2.066	1.116
Total	—	—	—	—	(10.102)	(4.880)	(6.674)	(3.473)
b) Demonstração do cálculo dos tributos:								
Resultado antes dos tributos	98.137	98.137	53.051	53.051	113.119	113.119	63.198	63.198
Adições (exclusões):								
Resultado de equivalência patrimonial	(101.557)	(101.557)	(73.472)	(73.472)	—	—	—	—
Ajuste lucro presumido	—	—	—	—	(74.686)	(62.320)	(55.532)	(45.054)
Prejuízo fiscal e base negativa sem imposto diferido constituído	2.006	2.006	20.421	20.421	2.006	2.006	19.030	20.445
Outras	1.414	1.414	—	—	1.414	1.414	—	—
Total das adições (exclusões)	(98.137)	(98.137)	(53.051)	(53.051)	(71.266)	(58.900)	(36.502)	(24.609)
Resultado ajustado	—	—	—	—	41.853	54.219	26.696	38.589
Alíquota nominal	25%	9%	25%	9%	25%	9%	25%	9%
Tributos	—	—	—	—	(10.463)	(4.880)	(6.674)	(3.473)
Outros	—	—	—	—	361	—	—	—
Total da despesa com tributos	—	—	—	—	(10.102)	(4.880)	(6.674)	(3.473)
Alíquota efetiva	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	8,9%	4,3%	10,6%	5,5%

15. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTOS DE RISCOS**15.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros**

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses), referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar, análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas são como segue:

Notas	Mensuração do valor justo	Consolidado			
		2022		2021	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
ATIVO (circulante e não circulante)					
Caixa e equivalentes de caixa	3	Nível 2	3.318	3.318	4.812
Investimentos de curto prazo	3	Nível 2	302.431	302.431	238.085
Contas a receber de clientes			37.039	37.039	32.576
Ações resgatáveis - Nova Energia Holding S.A.	4		289.356	289.356	371.490
Conta de resarcimento	8		288	288	633
Cauções e depósitos vinculados			24.596	24.596	27.162
Total			657.028	657.028	674.758
PASSIVO (circulante e não circulante)					
Fornecedores			6.735	6.735	6.122
Debêntures	7		70.740	70.740	105.701
Dividendos a pagar	4		604	604	604
Conta de resarcimento	8		217.279	217.279	161.314
Passivo de arrendamento			31.774	31.774	29.231
Total			327.132	327.132	302.972

O caixa e equivalentes de caixa estão classificados como custo amortizado. A rubrica Investimentos de curto prazo é composta basicamente por certificados de depósitos bancários (CDBs) e operações compromissadas, as quais são marcadas a mercado mensalmente com base na curva da taxa CDI para a data final do exercício, conforme definido em sua data de contratação.

Para a rubrica debêntures, o método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses passivos e taxas de mercado vigentes, respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço.

Gerenciamento de riscos

A Companhia e suas controladas estão expostas principalmente a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez, além de riscos adicionais descritos nesta nota explicativa. A ocorrência de qualquer um dos riscos abaixo poderá afetar adversamente a Companhia e suas controladas, podendo causar um efeito em suas operações, sua condição financeira ou em seus resultados operacionais. A estrutura de gerenciamento de riscos, assim como os principais fatores de riscos estão descritos a seguir:

(a) Perdas estimadas em créditos de liquidação (PECLD)

As transações de energia de curto prazo são liquidadas de acordo com as regras de mercado e com as Resoluções da ANEEL. A energia de curto prazo normalmente é liquidada em até 60 dias após o mês de sua ocorrência. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui saldos pendentes de recebimentos, principalmente devido ao risco de inadimplência do setor. Com base em uma avaliação das garantias e históricos de recebimentos, a Companhia concluiu que há evidências razoáveis de que os créditos serão recebidos e, dessa forma, nenhuma perda estimada em crédito de liquidação duvidosa foi registrada pela Companhia.

Ademais, o montante a receber de energia de curto prazo é administrado pela CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais com base em regulamentações emitidas pelo Poder Concedente, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas.

Riscos resultantes de instrumentos financeiros**Risco de crédito**

Consiste no risco da Companhia e suas controladas incorrerem em perdas devido a uma contraparte do instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente de caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo

Risco associado às aplicações financeiras depositadas em instituições financeiras que estão suscetíveis às ações do mercado e ao risco a ele associado, principalmente à falta de garantias para os valores aplicados, podendo ocorrer perda destes valores.

A Companhia e suas controladas atuam de modo a diversificar o risco de crédito junto às instituições financeiras, centralizando as suas transações apenas em instituições de primeira linha e estabelecendo limites de concentração, segundo suas políticas internas quanto à avaliação dos investimentos em relação ao patrimônio líquido das instituições financeiras e aos respectivos ratings das principais agências.

A Companhia e suas controladas utilizam a classificação das agências Fitch Ratings (Fitch), Moody's ou Standard & Poor's (S&P) para identificar os bancos elegíveis de composição da carteira de investimentos. Quaisquer instituições financeiras que apresentem, em pelo menos uma das agências de risco, rating inferior ao estabelecido (AA-), em escala nacional em moeda local, não poderão fazer parte da carteira de investimentos.

Quanto aos valores de exposição máxima por instituições financeiras, vale o mais restritivo dos seguintes critérios definidos pela Companhia: (i) Critério de Caixa: Aplicações de no máximo 20% (Patrimônio Líquido (PL) da instituição financeira inferior



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 2022
AES Tietê Eólica S.A.
CNPJ 11.289.590/0001-30

www.aesbrasil.com.br

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

—★ continuação

	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos	Total em 31 de dezembro de 2022	Total em 31 de dezembro de 2021
Fornecedores	6.735	—	—	—	—	6.735	6.122
Debêntures	—	33.099	41.976	12.080	—	87.155	133.718
Passivo de arrendamento	107	338	488	2.366	28.475	31.774	29.231
Total	6.842	33.437	42.464	14.446	28.475	125.664	169.071

De acordo com o CPC 40 Instrumentos Financeiros: Evidenciação, quando o montante a pagar não é fixado, o montante evidenciado é determinado com referência às condições existentes na data de encerramento do exercício. Portanto, o IPCA utilizado na projeção corresponde ao índice verificado na data de 31 de dezembro de 2022.

(b.4) **Riscos de taxas de juros**

A Companhia e suas controladas possuem debêntures remuneradas pela variação do IPCA, acrescidos de juros contratuais. Consequentemente, está exposta à flutuação destas taxas de juros e índices, impactando suas despesas financeiras.

O montante de exposição líquida da Companhia aos riscos de taxas de juros na data-base de 31 de dezembro de 2022 é:

	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos	Total em 31 de dezembro de 2022	Total em 31 de dezembro de 2021
Investimentos de curto prazo	6.735	—	—	—	—	6.735	6.122
Cauções e depósitos vinculados	—	33.099	41.976	12.080	—	87.155	133.718
Conta de resarcimento - ativo	107	338	488	2.366	28.475	31.774	29.231
Conta de resarcimento - passivo	—	—	—	—	—	(217.279)	(31.774)
Passivo de arrendamento	—	—	—	—	—	(72.514)	(72.514)
Debêntures	—	—	—	—	—	5.748	5.748
Total	6.842	33.437	42.464	14.446	28.475	125.664	169.071

Os montantes de debêntures apresentados na tabela acima referem-se somente às dívidas indexadas ao IPCA e não contemplam os saldos de custo de transação.

Com base nos dados disponíveis na CETIP, Banco Central e FGV, foi extraída a projeção dos indexadores CDI e IPCA para um ano, e assim definindo-o como o cenário provável; a partir deste, foram calculadas variações de 25% e 50% das aplicações financeiras, debêntures e resarcimento.

	Aplicações financeiras	Risco	Posição em 31/12/2022	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI		CDI	302.431	6,78%	10,17%	13,56%	16,95%	20,34%
Investimentos de curto prazo			20.505	30.757	41.010	51.262	61.514	61.514
Impacto no resultado			20.505	30.757	41.010	51.262	61.514	61.514
Total da exposição líquida			20.505	30.757	41.010	51.262	61.514	61.514

	Dívidas	Risco	Posição em 31/12/2022	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
IPCA		IPCA	(25.786)	2,62%	3,92%	5,23%	6,54%	7,85%
Debêntures - 1ª Emissão (1ª Série)		IPCA	(46.728)	(2.689)	(3.050)	(3.414)	(3.777)	(4.141)
Debêntures - 1ª Emissão (2ª Série)				(4.998)	(5.653)	(6.314)	(6.974)	(7.634)
Impacto no resultado				(7.687)	(8.703)	(9.728)	(10.751)	(11.775)
Total da exposição líquida				(7.687)	(8.703)	(9.728)	(10.751)	(11.775)

	Ressarcimento	Risco	Posição em 31/12/2022	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
IPCA		IPCA	288	2,62%	3,92%	5,23%	6,54%	7,85%
Ressarcimento - ativo		IPCA	(217.279)	8	11	15	19	23
Ressarcimento - passivo				(5.693)	(8.517)	(11.364)	(14.210)	(17.056)
Impacto no resultado				(5.685)	(8.506)	(11.349)	(14.191)	(17.033)
Total da exposição líquida				(5.685)	(8.506)	(11.349)	(14.191)	(17.033)

(b.5) **Risco de aceleração de dívidas**
A Companhia tem contratos de dívida (emissões de debêntures) com cláusulas restritivas ("covenants") normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas somente serão apuradas a partir da entrada em operação dos empreendimentos. A não observância dos índices financeiros, verificados anualmente, após a entrada em operação, implica na possibilidade de antecipação do vencimento da dívida, o que teria um impacto adverso no fluxo de caixa da Companhia.

(c.1) **Outros riscos considerados relevantes**
Risco socioambiental
A instalação e operação de empreendimentos voltados à geração de energia elétrica utilizam e/ou interferem em recursos naturais e podem causar impactos ambientais. Portanto, as atividades da Companhia estão sujeitas a diversas leis e regulamentos ambientais que estabelecem padrões de qualidade e de proteção ambiental que devem ser respeitados e que, se violados, podem sujeitar os infratores às sanções administrativas, cíveis e criminais, além da obrigação de reparação de danos ambientais.

(c.2) As diretrizes ambientais adotadas pelas sociedades pertencentes ao Grupo econômico da Nova Energia S.A., baseiam-se, entre outros, no princípio de prevenção, na responsabilidade social e no cumprimento da legislação ambiental aplicável ao setor em que atuam. O gerenciamento ambiental de todas as atividades das empresas do Grupo AES no Brasil é realizado com foco na proteção ao meio ambiente, na prevenção à poluição, atendimento à legislação e melhoria contínua de seus processos, inclusive por meio da sua Política de Sustentabilidade, considerando de forma equilibrada aspectos econômicos, ambientais e sociais.

(c.2) **Risco em renováveis não hidráulicas**
Constrained-off de usinas eólicas
O constrained-off de usinas pode ser definido como a restrição de geração demandada pelo operador centralizado com

relação à programação devido às limitações da rede de transmissão ou requisitos de reservas operacionais. Nessas situações, o gerador encontra-se impedido de atender seus contratos ou outros compromissos por meio da geração de suas próprias unidades geradoras.

Essa frustração da geração caracteriza o custo de oportunidade atrelado ao *constrained-off* de usinas.

Lastro de Energia de Reserva para usinas eólicas e solares
Em 15 de dezembro de 2020, foi aprovada a Resolução Normativa ANEEL nº 909/2020, que, ao aprovar novas Regras de Comercialização de Energia Elétrica, introduziu, entre outras providências, a "Penalidade por Insuficiência de Lastro de Energia de Reserva". Nesta condição, o caderno de Regras "Penalidade de Energia de Reserva" foi alterado a fim de contemplar a aplicação de penalidade para usinas eólicas e fotovoltaicas vencedoras de leilões de energia de reserva em caso de insuficiência de lastro de energia para cumprimento de seus contratos. Tal penalidade passará a ser calculada a partir de janeiro de 2022, sendo que os efeitos financeiros devem ser percebidos a partir de julho de 2022. A Companhia, juntamente com outros agentes do setor e em nome da ABEEólica e Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (ABSOLAR), contratou um parecer jurídico-regulatório a fim argumentar que a decisão da ANEEL quanto a aplicação de penalidade por insuficiência de lastro não deve ocorrer para as usinas eólicas e fotovoltaicas, alegando principalmente que a Lei 10.848/2004 não impõe a obrigação de constituição de lastro de Energia de Reserva, pois sua função é garantir o fornecimento de energia elétrica. Neste sentido, está em estudo pelas associações supracitadas uma requisição de suspensão destas penalidades.

16. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 30 de novembro de 2022, foi aprovada a redução de capital no montante de R\$ 256.055, mediante restituição de capital a acionista Nova Energia, sem alteração na quantidade de ações de emissão da Companhia. O capital social da Companhia passa para R\$ 985.327, em 30 de janeiro de 2023, representado por 600.866.844 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

CONTADOR

Hugo Satoru Nagae
CRC 1SP329701/O-6

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos acionistas e Administradores da AES Tietê Eólica S.A.
São Paulo - SP

Opinião
Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da AES Tietê Eólica S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos
Auditoria dos valores correspondentes
As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório em 30 de maio de 2022, com opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Responsabilidade da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas
A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a